
ACEF S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
ACEF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ACEF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da ACEF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACEF S.A. e da ACEF S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



ACEF S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

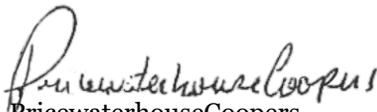


ACEF S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Signed By: JOSÉ VITAL PESSOA MONTEIRO FILHO 85612618468
CPF: 05612618468
Signing Time: 30 March 2022 | 21:11 BRT


11218C8A9C944B5C9E5E48D986CFB8DA
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

ACEF S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.169	12.688	130.704	61.987
Contas a receber	7	21.793	19.773	47.258	47.347
Dividendos a receber	9	2.137	-	-	-
Tributos a recuperar		2.505	1.152	4.353	2.488
Outros créditos	8	1.026	1.326	3.767	16.655
Total do ativo circulante		54.630	34.939	186.082	128.477
Não circulante					
Contas a receber	7	1.528	3.095	5.384	4.501
Adiantamentos para futuro investimento	16	43.109	91.987	-	-
Depósitos judiciais	17	2.685	1.976	5.546	4.748
Outros créditos	8	6.077	4.925	20.093	16.129
Tributos diferidos	23	24.981	18.885	39.353	34.152
Investimentos	9	552.561	470.353	42	42
Imobilizado, líquido	10	11.358	10.070	63.413	53.422
Direito de uso	13	77.760	60.209	237.939	195.774
Intangível, líquido	11	394	643	589.423	605.084
Total do ativo não circulante		720.453	662.143	961.193	913.852
Total do ativo		775.083	697.082	1.147.275	1.042.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ACEF S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos		-	-	91	215
Debêntures	12	64.846	130.935	64.846	130.935
Fornecedores		6.355	5.928	11.851	12.012
Obrigações com partes relacionadas	16	-	-	419	325
Obrigações trabalhistas	14	9.100	7.652	22.999	20.048
Obrigações tributárias	15	2.865	2.926	22.964	17.494
Dividendos a pagar	18.d	21.950	-	21.950	-
Adiantamentos de clientes		3.932	3.185	7.653	6.532
Passivo de arrendamento	13	4.731	3.821	16.561	14.570
Obrigações por aquisição de participações societárias	18	17.864	-	20.533	2.562
Receita diferida	19	-	-	722	1.332
Outras contas a pagar		5	-	21	-
Total do passivo circulante		131.648	154.447	190.610	206.025
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos		-	-	11	102
Debêntures	12	324.797	385.040	324.797	385.040
Obrigações com partes relacionadas	16	427	4.349	-	-
Obrigações tributárias	15	-	-	112.143	121.195
Tributos diferidos	23	-	68	17.145	17.523
Provisão para demandas judiciais	17	9.361	7.851	21.724	19.739
Passivo de arrendamento	13	81.400	62.157	243.166	196.026
Obrigações por aquisição de participações societárias	18	18.692	35.031	18.692	37.588
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	93.750	700	93.750	700
Receita diferida	19	-	-	10.230	10.952
Outras contas a pagar		1.718	-	1.717	-
Total do passivo não circulante		530.145	495.196	843.375	788.865
Patrimônio líquido					
Capital social	20	30.200	30.200	30.200	30.200
Reservas de lucros	20	83.090	17.239	83.090	17.239
Total do patrimônio líquido		113.290	47.439	113.290	47.439
Total do passivo e patrimônio líquido		775.083	697.082	1.147.275	1.042.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
			(Reapresentado (Nota 1.3))		(Reapresentado (Nota 1.3))
Receita líquida	24	230.961	234.648	483.788	502.474
Custo dos serviços prestados	25	(104.605)	(114.841)	(242.541)	(252.276)
Lucro bruto		<u>126.356</u>	<u>119.807</u>	<u>241.247</u>	<u>250.198</u>
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	25	(34.751)	(41.328)	(94.982)	(122.401)
Resultado de equivalência patrimonial	9	35.466	20.667	-	-
Outras receitas, líquidas	25	685	237	2.657	675
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		<u>127.756</u>	<u>99.383</u>	<u>148.922</u>	<u>128.472</u>
Receitas financeiras	26.1	1.415	2.113	13.450	3.945
Despesas financeiras	26.2	(46.466)	(47.362)	(73.379)	(75.739)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>82.705</u>	<u>54.134</u>	<u>88.993</u>	<u>56.678</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	(1.068)	(337)	(6.771)	(2.064)
Diferido	23	6.164	7.196	5.579	6.379
Lucro líquido do exercício		<u>87.801</u>	<u>60.993</u>	<u>87.801</u>	<u>60.993</u>
Média ponderada das ações no exercício	21	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ações em reais	21	219,40	152,41		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	87.801	60.993	87.801	60.993
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	87.801	60.993	87.801	60.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ACEF S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		30.200	4.851	6.040	10.891	-	41.091
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.993	60.993
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(15.248)	(15.248)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	20.d	-	-	-	-	(39.397)	(39.397)
Retenção de lucros	20.c	-	6.348	-	6.348	(6.348)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		30.200	11.199	6.040	17.239	-	47.439
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	87.801	87.801
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	(21.950)	(21.950)
Retenção de lucros	20.c	-	65.851	-	65.851	(65.851)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		30.200	77.050	6.040	83.090	-	113.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ACEF S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		82.705	54.134	88.993	56.678
Resultado de equivalência patrimonial	9	(35.466)	(20.667)	-	-
Depreciação e amortização	10 e 11	2.955	3.046	26.967	29.121
Amortização do direito de uso	13	5.836	4.925	19.944	17.069
Amortização do custo de captação	12	452	815	452	815
Encargos financeiros sobre financiamentos		-	1.340	32	2.932
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	18	1.525	1.505	1.632	1.648
Juros de debêntures	12	24.498	23.032	24.498	23.032
Juros sobre arrendamento mercantil	13	8.140	6.853	24.813	20.658
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	7	441	38	952	(763)
Provisão para demanda judicial	17	719	1.538	761	(4.637)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	6.496	12.314	19.917	39.264
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	-	10	416	285
Receita diferida sobre venda de imóvel	19	-	-	(1.332)	(722)
Baixa por descontinuidade de arrendamento	13	(43)	(8)	(138)	16
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		98.258	88.875	207.907	185.396
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber		(7.390)	(13.331)	(21.663)	(34.386)
Depósitos judiciais		(709)	585	(798)	1.500
Tributos a recuperar		(1.353)	(122)	(1.865)	(376)
Outros créditos		149	8.094	10.446	4.457
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		427	2.818	(161)	(36.075)
Obrigações trabalhistas		1.448	(2.176)	2.951	(8.288)
Obrigações tributárias		39	(549)	(6.451)	(6.153)
Adiantamentos de clientes		747	1.965	1.121	405
Outras contas a pagar		1.512	(41)	1.440	(18.982)
		93.128	86.118	192.927	87.498
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.168)	(343)	(3.902)	(2.352)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		91.960	85.775	189.025	85.146
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate de aplicações financeiras restritas		-	-	-	915
Dividendos recebidos de controladas	9	-	7.000	-	-
Aumento de investimento em controladas	9	-	-	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	18	-	(3.780)	(2.557)	(6.269)
Aquisição Braz Cubas, líquido de caixa adquirido	5	-	(22.677)	-	(22.328)
Aquisição de imobilizado	10	(3.751)	(663)	(19.756)	(11.892)
Aquisição de intangível	11	(243)	(445)	(1.957)	(1.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.994)	(20.565)	(24.270)	(40.628)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ACEF S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	20	-	(54.645)	-	(54.645)
Pagamento de principal e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos		-	(31.340)	(247)	(62.928)
Captação de empréstimos e financiamentos		-	30.000	-	30.000
Captação de debêntures	12	-	233.700	-	233.700
Pagamento de principal e encargos financeiros de debêntures	12	(151.282)	(118.976)	(151.282)	(118.976)
Pagamento de principal e encargos sobre passivo de arrendamento	13	(11.331)	(8.385)	(37.653)	(26.886)
Partes relacionadas	16	89.128	(103.916)	93.144	8.916
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(73.485)	(53.562)	(96.038)	9.181
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		14.481	11.648	68.717	53.699
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		12.688	1.040	61.987	8.288
No fim do exercício		27.169	12.688	130.704	61.987
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		14.481	11.648	68.717	53.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Contexto operacional

A ACEF S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Avenida Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Parque Universitário - Franca - SP. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados.

1.2 Ações e impactos causados pela pandemia COVID-19

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se manteve alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir, em primeiro lugar, a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos com a Companhia: alunos, colaboradores, terceiros, seus familiares e a sociedade como um todo.

No segmento de educação, as autoridades estaduais e municipais de saúde, em diversos estados e municípios, mantiveram a suspensão de aulas presenciais em escolas, faculdades e universidades, públicas e particulares, sendo autorizadas somente as aulas práticas de forma presencial, seguindo um rígido protocolo de segurança no combate a COVID-19. Com isso, no 3º trimestre de 2021 tivemos a retomada presencial das atividades práticas de diversos cursos, principalmente da área da saúde. O retorno de todas as atividades presenciais está em avaliação pelas autoridades governamentais, considerando o cenário atual de avanço da vacinação e controle da pandemia, e está prevista para o primeiro semestre de 2022.

Vale destacar que mesmo no cenário de crise econômica provido pela pandemia, o caixa ou o capital circulante líquido da Companhia para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 não foi significativamente impactado. Visto que mesmo com o fechamento das unidades presenciais a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Com isso, não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos até o presente momento.

A Companhia, por sua vez, continuará atenta às novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os avanços no processo de vacinação, mantendo sempre os *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 nos resultados da Companhia.

1.3 Reapresentação das cifras comparativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram identificados ajustes referentes a valores relativos a gastos com publicidade e propaganda indevidamente alocados na rubrica de “Custo

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos serviços prestados” e valores relativos a gastos com salários e encargos trabalhistas dos técnicos acadêmicos e atualizações monetárias na rubrica de “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações dos resultados do exercício da Controladora e Consolidado, para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

Demonstrações dos resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita Líquida	234.648	-	234.648	502.474	-	502.474
Custo dos serviços prestados	(107.338)	(7.503)	(114.841)	(235.362)	(16.914)	(252.276)
Lucro Bruto	127.310	(7.503)	119.807	267.112	(16.914)	250.198
(Despesas) e receitas operacionais	(28.754)	8.330	(20.424)	(138.993)	17.267	(121.726)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	98.556	827	99.383	128.119	353	128.472
Resultado financeiro	(44.422)	(827)	(45.249)	(71.441)	(353)	(71.794)
Lucro antes do IR/CS	54.134	-	54.134	56.678	-	56.678
IR/CS	6.859	-	6.859	4.315	-	4.315
Lucro líquido do exercício	60.993	-	60.993	60.993	-	60.993

2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 30 de março de 2022.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	31/12/2021	31/12/2020
Participação Direta		
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	99,98%	99,98%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	99,99%	99,99%
Participação Indireta		
Cesuca Complexo de Ensino Superior De Cachoeirinha Ltda. ("Cesuca")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido e não só no resultado do exercício.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado.

Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e estando também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme Nota 8, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme Nota 17.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.3 Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.4 Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015, a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas, quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

i. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 7.

2.8 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado,

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.9 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 3 a 19 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos.

(b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que variam em torno de 3 a 19 anos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.12.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data base de reajuste dos aluguéis), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, e são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor do ativo quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	De 4 anos até 5 anos
Marca	De 25 anos até 25 anos e 6 meses
Licenças MEC	Indefinida
Cláusula de não concorrência	5 anos
Pólos de ensino	De 4 anos e 5 meses até 8 anos e 11 mês
Produção de Materiais - EAD	5 anos
Software	5 anos

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na nota 11.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Frente ao atual cenário econômico financeiro do país, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam gerar algum *impairment* em seus ativos não financeiros frente à COVID-19. Os impactos foram estruturados com base na melhor informação disponível até o momento. Vale colocar que após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2021.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.15 Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

2.16 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.17 Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil e sim como um retroarrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback*, resultou em um ganho auferido na transação, e à luz da norma, este ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas

O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita:

(i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais do Grupo:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

2.19 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

2.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor em 2021 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"

Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020

Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).

Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

5 Combinação de negócios

5.1 Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda.

Em setembro de 2019, a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas da Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda., para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total da empresa investida, com assunção do controle a partir de 06 de fevereiro de 2020. A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse da Companhia em expandir sua operação na região de atuação da adquirida.

Em 22 de novembro de 2019, a aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por meio do ato de concentração nº 08700.005225/2019-95.

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Preço de aquisição	160.399
Ajuste de preço – capital de giro	(120.222)
Total da contraprestação	40.177

Alocação do valor justo

Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas.

Segue posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 06 de fevereiro de 2020:

Descrição	Posição em 31/01/2020	Alocação dos ativos identificáveis líquidos	Alocação final
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	349	-	349
Contas a receber	9.911	-	9.911
Depósitos judiciais	2.138	-	2.138
Tributos a recuperar	99	-	99
Outros ativos	789	-	789
Imobilizado, líquido	2.901	-	2.901

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Posição em 31/01/2020	Alocação dos ativos identificáveis líquidos	Alocação final
Direito de uso	1.115	-	1.115
Intangíveis	313	-	313
Marcas	-	25.432	25.432
Carteira de alunos	-	26.546	26.546
Cláusula de não concorrência	-	2.745	2.745
Polos EAD	-	15.054	15.054
	17.615	69.777	87.392
Passivo			
Empréstimos	(30.313)	-	(30.313)
Fornecedores	(42.391)	-	(42.391)
Obrigações trabalhistas	(7.623)	-	(7.623)
Obrigações Tributárias	(138.822)	-	(138.822)
Adiantamentos de clientes	(2.081)	-	(2.081)
Passivo de arrendamento	(1.221)	-	(1.221)
Tributos Diferidos	(17.738)	-	(17.738)
Provisão para demanda judiciais	(4.493)	(154)	(4.647)
Outros passivos	(18.883)	-	(18.883)
	(263.564)	(154)	(263.718)
Total de ativos identificáveis líquidos	(245.949)	69.623	(176.326)
Ágio	286.126	(69.623)	216.503
Total da contraprestação	40.177	-	40.177

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1)/IAS 38 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Marcas	25.432	Método de "rendimentos excedentes"	25 anos
Carteira de alunos	26.545	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	2.745	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Polo EAD	15.054	"With or Without Method"	8 anos e 11 meses

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saída de caixa líquida na aquisição da Braz Cubas

	Fevereiro/2020
Preço de aquisição	160.399
Parcela retida (i)	(17.500)
Ajuste de Preço (ii)	(120.222)
Preço de aquisição pago em caixa	22.677
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(349)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	22.328

(i) Parcelas de R\$7.500 e R\$10.000 a serem ajustadas pela variação do CDI e que serão pagas até 20 de fevereiro de 2025 e 20 de fevereiro de 2026, respectivamente.

(ii) Os ajustes de preço decorrentes de combinação de negócios incluem a assunção de dívidas bancárias e com terceiros como forma de pagamento no preço de aquisição.

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela Braz Cubas, a partir de fevereiro de 2020, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 06 de fevereiro de 2020.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde fevereiro de 2020 inclui o valor de receitas líquidas gerado por Braz Cubas de R\$91.122, que também contribuiu com um lucro líquido de R\$15.716 no mesmo período.

Cláusulas de reembolso de contingências

Conforme detalhado na Nota 17 (d), a Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da Braz Cubas.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	2	2	4	4
Banco conta movimento	669	913	5.447	6.238
Equivalentes de caixa	26.498	11.773	125.253	55.745
Total	27.169	12.688	130.704	61.987

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações de renda fixa, estão concentradas em operações de

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CDB, substancialmente indexadas à variação de 99,5% a 101,5% do CDI (99,5% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2020), firmada com instituições financeiras nacionais de primeira linha

7 Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mensalidades	(a)	36.407	39.293	81.510	90.763
Crédito universitário	(b)	2.148	3.384	13.760	16.850
Acordos em andamento	(c)	6.894	3.514	13.346	7.350
Outras contas a receber	(d)	4.915	4.343	9.810	8.308
Subtotal		50.364	50.534	118.426	123.271
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(e)	(26.515)	(27.579)	(64.684)	(71.275)
Ajuste a valor presente		(528)	(87)	(1.100)	(148)
Total		23.321	22.868	52.642	51.848
Circulante		21.793	19.773	47.258	47.347
Não circulante		1.528	3.095	5.384	4.501

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios.

O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), um fundo administrado pela CEF com finalidade de garantir parte do risco em operações de crédito educativo.

O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagar a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

(c) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.

(d) Parte substancial do saldo é representado pela rubrica de cartões a receber decorrente de mensalidades e valores recebidos em escritórios de cobrança terceirizados.

(e) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, à qual é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Em 2021, a Companhia alterou a política para baixa do contas a receber já provisionado há mais de 4 anos para 2 anos.

Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber e estão de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
(=) Saldos em 31/12/2019	34.643	58.863
(+/-) Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	12.314	39.264
(+) Combinação de negócios	-	16.002
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(19.378)	(42.854)
(=) Saldos em 31/12/2020	27.579	71.275
(+/-) Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6.496	19.917
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(7.560)	(26.508)
(=) Saldos em 31/12/2021	26.515	64.684

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos o título é baixado (até 2020, a faixa de vencimento era 4 anos), bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>
A vencer	12.575	25%	10.235	21%	33.986	29%	29.807	25%
Crédito universitário	2.148	4%	3.384	7%	13.760	12%	16.850	14%
Acordos em andamento	5.512	11%	2.508	5%	10.416	9%	4.649	4%
Outras contas a receber	4.915	10%	4.343	9%	9.810	8%	8.308	7%
Vencidos	37.789	75%	40.299	79%	84.440	71%	93.464	75%
Até 180 dias	16.256	32%	15.830	31%	33.596	28%	36.555	30%
Acima de 180 dias	21.533	43%	24.469	48%	50.844	43%	56.909	45%
Total	50.364	100%	50.534	100%	118.426	100%	123.271	100%

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de venda de imóvel (a)	-	-	-	13.020
Adiantamentos a funcionários	474	292	2.525	1.969
Adiantamentos a fornecedores	208	202	399	311
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência de ex-mantenedor (b)	6.077	4.925	19.713	15.241
Outros	344	832	1.223	2.243
Total	7.103	6.251	23.860	32.784
Circulante	1.026	1.326	3.767	16.655
Não circulante	6.077	4.925	20.093	16.129

(a) Refere-se a compromisso de compra e venda celebrado em 20 de março de 2017 pela controlada indireta Ceunsp com a Motriz Participações Ltda. Os valores a custo do imóvel e mais valia foram baixados e reconhecidos de acordo com os critérios de reconhecimento inicial de que tratam o CPC 06 (IAS 17) Operações de arrendamento mercantil (Nota 18). Esse compromisso foi liquidado pela Motriz Participações Ltda. no dia 21 de dezembro de 2021.

(b) Conforme o contrato de compra e venda da Santa Rita, Cesuca e Braz Cubas, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no pólo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 17 (d).

9 Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.651	305.816	-	42	416.509
Equivalência patrimonial	13.655	9.591	15.716	-	38.962
Amortização de Mais valia (i)	(3.400)	(6.962)	(7.933)	-	(18.295)
Equivalência patrimonial total	10.255	2.629	7.783	-	20.667
Distribuição de lucros	(7.000)	-	-	-	(7.000)
Combinação de negócios	-	-	40.177	-	40.177
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.906	308.445	47.960	42	470.353
Equivalência patrimonial	17.839	16.177	17.617	-	51.633
Amortização de Mais valia (i)	(551)	(6.962)	(8.654)	-	(16.167)
Equivalência patrimonial total	17.288	9.215	8.963	-	35.466
Aumento de capital	-	-	48.878	-	48.878
Distribuição de lucros	-	(2.136)	-	-	(2.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	131.194	315.524	105.801	42	552.561

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>CEUNSP</u>	<u>Veritas</u>	<u>Braz Cubas</u>	<u>Acervo</u>	<u>Total</u>
Saldo patrimonial das controladas	59.568	69.341	(163.737)		
Ágio	63.219	102.609	216.503		
Mais valia	8.407	143.574	53.035		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	131.194	315.524	105.801		

- (i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.
- (ii) Aumento do capital social na Braz Cubas em R\$ 48.878 com emissão de 48.878.000 quotas emitidas mediante aproveitamento de adiantamento para futuro aumento de capital.

Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2021		
	<u>CEUNSP</u>	<u>Veritas</u>	<u>Braz Cubas</u>
% de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	53.530	59.671	22.530
Ativo não circulante	101.414	62.375	85.509
Total do ativo	154.944	122.046	108.039
Passivo circulante	13.060	25.258	24.925
Passivo não circulante	82.316	27.447	246.851
Patrimônio líquido	59.568	69.341	(163.737)
Total do passivo e patrimônio líquido	154.944	122.046	108.039
Receita líquida	70.795	92.984	89.047
Custo dos serviços prestados	(40.534)	(50.677)	(46.725)
Despesas operacionais, líquidas	(8.196)	(20.320)	(13.576)
Despesas financeiras, líquidas	(1.918)	(2.864)	(10.096)
Imposto de renda e contribuição social	(2.308)	(2.946)	(1.033)
Lucro líquido do exercício	17.839	16.177	17.617

	31 de dezembro de 2020		
	<u>CEUNSP</u>	<u>Veritas</u>	<u>Braz Cubas</u>
% de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	36.294	39.757	17.489
Ativo não circulante	72.561	64.444	77.689
Total do ativo	108.855	104.201	95.178

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2020		
	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas
Passivo circulante	10.644	18.842	22.096
Passivo não circulante	56.480	30.056	303.314
Patrimônio líquido	41.731	55.303	(230.232)
Total do passivo e patrimônio líquido	108.855	104.201	95.178
Receita líquida	81.098	95.606	91.122
Custo dos serviços prestados	(42.579)	(45.131)	(40.315)
Despesas operacionais, líquidas	(16.746)	(32.915)	(21.479)
Despesas financeiras, líquidas	(8.610)	(4.650)	(13.895)
Imposto de renda e contribuição social	492	(3.319)	283
Lucro líquido do exercício	13.655	9.591	15.716

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Imobilizadoa) Controladora

	Saldos em				Saldos em			
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020	Adições	Transf.	31/12/2021
Custo								
Acervo bibliográfico	7.656	19	-	-	7.675	8	-	7.683
Equipamentos de informática	6.083	108	-	-	6.191	518	-	6.709
Máquinas e equipamentos	10.462	119	-	-	10.581	725	-	11.306
Móveis e utensílios	4.403	21	-	-	4.424	11	-	4.435
Instalações	724	-	-	-	724	5	-	729
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2.259	122	-	102	2.483	2.470	172	5.125
Imobilizações em andamento (a)	3.231	270	(10)	(102)	3.389	14	(172)	3.231
Outras imobilizações	1.581	4	-	-	1.585	-	-	1.585
	36.399	663	(10)	-	37.052	3.751	-	40.803
Depreciação								
Acervo bibliográfico	(5.127)	(844)	-	-	(5.971)	(512)	-	(6.483)
Equipamentos de informática	(5.267)	(371)	-	-	(5.638)	(293)	-	(5.931)
Máquinas e equipamentos	(7.480)	(680)	-	-	(8.160)	(683)	-	(8.843)
Móveis e utensílios	(2.711)	(256)	-	-	(2.967)	(253)	-	(3.220)
Instalações	(678)	(6)	-	-	(684)	(4)	-	(688)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(1.768)	(468)	-	-	(2.236)	(554)	-	(2.790)
Outras imobilizações	(1.159)	(167)	-	-	(1.326)	(164)	-	(1.490)
	(24.190)	(2.792)	-	-	(26.982)	(2.463)	-	(29.445)
	12.209	(2.129)	(10)	-	10.070	1.288	-	11.358

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Saldos em 31/12/2019	Reclassif.	Adições	Baixas	Transf.	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2021
Custo											
Acervo bibliográfico	13.386	3.259	19	-	-	3.352	20.016	77	-	-	20.093
Equipamentos de informática	15.786	3.496	1.327	-	-	4.962	25.571	3.615	(2.541)	18	26.663
Máquinas e equipamentos	20.831	2.270	2.232	-	39	4.412	29.784	3.764	(1.629)	71	31.990
Móveis e utensílios	13.175	2.968	511	(50)	-	3.220	19.824	1.645	(902)	64	20.631
Instalações	1.537	328	-	-	562	25	2.452	27	(12)	(558)	1.909
Benfeitorias em propriedades de terceiros	18.949	9.537	564	(260)	(402)	158	28.546	2.368	-	6.438	37.352
Imobilizações em andamento (a)	3.230	2	7.147	92	(199)	-	10.272	8.205	-	(5.830)	12.647
Outras imobilizações	2.672	31	92	-	-	143	2.938	55	(64)	-	2.929
	89.566	21.891	11.892	(218)	-	16.272	139.403	19.756	(5.148)	203	154.214
Depreciação											
Acervo bibliográfico	(8.346)	(3.259)	(1.526)	3	-	(2.891)	(16.019)	(1.081)	-	-	(17.100)
Equipamentos de informática	(9.312)	(3.496)	(2.392)	8	-	(4.509)	(19.701)	(2.203)	2.528	(18)	(19.394)
Máquinas e equipamentos	(11.325)	(2.271)	(2.103)	1	(26)	(3.533)	(19.257)	(2.316)	1.755	353	(19.465)
Móveis e utensílios	(5.802)	(2.968)	(1.447)	1	-	(2.329)	(12.545)	(1.418)	733	(66)	(13.296)
Instalações	(881)	(327)	(149)	1	471	(22)	(907)	(141)	12	(946)	(1.982)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(2.991)	(9.537)	(2.576)	-	(445)	-	(15.549)	(2.344)	-	474	(17.419)
Outras imobilizações	(1.674)	(33)	(209)	-	-	(87)	(2.003)	(206)	64	-	(2.145)
	(40.331)	(21.891)	(10.402)	14	-	(13.371)	(85.981)	(9.709)	5.092	(203)	(90.801)
	49.235	-	1.490	(204)	-	2.901	53.422	10.047	(56)	-	63.413

(a) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Controladora

Movimentação	%taxa amortização	Saldos em 31/12/2019	Adições	Saldos em 31/12/2020	Adições	Saldos em 31/12/2021
Custo						
Marcas	20% a.a.	206	-	206	-	206
Softwares	20% a.a.	2.782	445	3.227	243	3.470
Amortizações						
Softwares	20% a.a.	(2.536)	(254)	(2.790)	(492)	(3.282)
Total		452	191	643	(249)	394

b) Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Reclassif.	Saldos em 31/12/2021
Custo									
Ágio em aquisições de investimentos	165.828	-	-	216.503	382.331	-	-	-	382.331
Mais Valia - Marcas	33.089	-	-	25.432	58.521	-	-	(526)	57.995
Mais Valia - Carteira de clientes	34.818	-	-	26.546	61.364	-	-	-	61.364
Mais Valia - Licenças MEC	112.564	-	-	-	112.564	-	-	-	112.564
Mais Valia - Polos de Ensino	-	-	-	15.054	15.054	-	-	-	15.054
Mais Valia - Relacionamento com clientes	6.085	-	-	-	6.085	-	-	-	6.085
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	8.171	-	-	2.745	10.916	-	-	-	10.916
Marcas	-	-	-	-	-	-	-	526	526
Produção de materiais - EAD	-	-	-	158	158	-	-	-	158
Softwares	5.477	1.054	(81)	334	6.784	1.957	(360)	196	8.577
Total do Custo	366.032	1.054	(81)	286.772	653.777	1.957	(360)	196	655.570
Amortização									
Mais Valia - Marcas	(1.641)	(1.343)	-	-	(2.984)	(1.428)	-	-	(4.412)
Mais Valia - Carteira de clientes	(12.187)	(11.913)	-	-	(24.100)	(12.363)	-	-	(36.463)
Mais Valia - Polos de Ensino	-	(1.548)	-	-	(1.548)	(1.688)	-	-	(3.236)
Mais Valia - Relacionamento com clientes	(4.868)	(1.217)	-	-	(6.085)	-	-	-	(6.085)
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	(6.537)	(2.136)	-	-	(8.673)	(549)	-	-	(9.222)
Softwares	(4.562)	(562)	-	(179)	(5.303)	(1.230)	-	(196)	(6.729)
Total da Amortização	(29.795)	(18.719)	-	(179)	(48.693)	(17.258)	-	(196)	(66.147)
Total	336.237	(17.665)	(81)	286.593	605.084	(15.301)	(360)	-	589.423

Os ativos classificados como *Software* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de *software* sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de *software* com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente é submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

Em 31 de outubro de 2021 a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de *impairment*. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

Entidades	UGC's em 31/12/2021	UGC's em 31/12/2020
CEUNSP	Ceunsp	Ceunsp
Veritas	Sul	Sul
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme abaixo:

Ágio na aquisição de participações	Taxa média de desconto (nominal)	Valor residual do ágio em 31/12/2021	Taxa média de desconto (nominal)	Valor residual do ágio em 31/12/2020
CEUNSP	13,50%	63.219	12,30%	63.219
Veritas	13,50%	102.609	12,30%	102.609
Braz Cubas	13,50%	216.503	12,30%	216.503

Taxa de desconto

A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGC's e na média ponderada do custo de capital da Companhia, a qual corresponde à taxa nominal.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Números de alunos

Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de até 2,0% a.a. (3,8% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGC's com taxa de perpetuidade de 5,0% a.a. (4,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superior a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Crescimento do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foi baseado na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças.
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campi adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou como principal premissa o crescimento no número de alunos, e considerando o cenário que a taxa de crescimento dos alunos ocorra uma redução de 10% do estimado, não foi identificado nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de até 7,9% (7,5% em 31 de dezembro de 2020) e ganhos de margem anuais de 0,8% (0,8% em 31 de dezembro de 2020).

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGC's quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

12 Debêntures

(i) Composição

Emissão	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2ª	Taxa CDI + 1,60 a.a.	234.890	278.504	234.890	278.504
3ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	154.753	154.355	154.753	154.355
4ª	Taxa CDI + 3,85 a.a.	-	83.116	-	83.116
		389.643	515.975	389.643	515.975
	Circulante	64.846	130.935	64.846	130.935
	Não circulante	324.797	385.040	324.797	385.040

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as seguintes características:

Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
2ª	Única	24/09/2018	24/03/2025	3.000	100	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(b)
3ª	Única	15/01/2020	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(c)
4ª	Única	29/04/2020	29/04/2021	80.000	1	80.000	No vencimento	(d)

- (a) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Cruzeiro do Sul Educacional, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (iii) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (iv) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (v) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (b) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (ii) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (iii) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (c) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. O resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA, com exceção da 3ª emissão da ACEF, que é utilizado o EBITDA Ajustado:

- Para a 2ª emissão o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,0x.
- Para a 3ª e 4ª emissão da ACEF o resultado deverá ser igual ou inferior a 4,5x até 2020; deverá ser igual ou inferior 4,0x em 2021; e deverá ser igual ou inferior 3,0x após de 2021, descontados de todos os impactos do IFRS-16.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia obteve a renúncia (*waiver*) dos credores a esse direito advindo do não atingimento desses índices e, conseqüentemente, em 30 de junho de 2020, procedeu a reclassificação da dívida entre curto e longo prazo.

Em 01 de dezembro de 2020 os debenturistas e agente fiduciário concederam anuência prévia para a não observância dos índices financeiros (*waiver*) para a 2ª emissão da Companhia, excepcionalmente com relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, para a 3ª e 4ª emissões da Companhia, foram aprovadas as alterações da metodologia de cálculo dos índices financeiros onde serão desconsiderados os efeitos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), referente aos arrendamentos operacionais. Considerando o ajuste na metodologia, a Companhia atingiu os índices requeridos.

(iii) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	515.975	377.404	515.975	377.404
Novas captações	-	235.000	-	235.000
Custo de novas captações	-	(1.300)	-	(1.300)
Pagamento de juros	(24.602)	(22.496)	(24.602)	(22.496)
Pagamento de principal (i)	(126.680)	(96.480)	(126.680)	(96.480)
Apropriação dos juros	24.498	23.032	24.498	23.032
Amortização do custo	452	815	452	815
Saldo final	389.643	515.975	389.643	515.975

- (i) Em 12 de março de 2021 foi liquidado de forma antecipada a 4ª emissão de debêntures no valor nominal de R\$80.000, emitida em 29 de abril de 2020 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A, com vencimento original em 29 de abril de 2021. O pagamento do valor principal, bem como os juros totalizaram R\$84.166.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2021 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2023	73.805
2024	73.804
2025	117.126
2026	60.062
	324.797

13 Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Contratos por prazo e taxa de desconto:

<u>Prazos Contratuais</u>	<u>Taxa</u>
3 anos	9,64%
6 anos	10,57%
7 anos	9,96%
Mais de 8 anos	Entre 8,65% e 13,00%

(i) Movimentação do direito de uso

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.526	131.217
Adição por combinação de negócios - Braz Cubas	-	1.115
Adição de novos contratos (a)	443	70.789
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos (v)	(108)	(1.099)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	4.273	10.821
Depreciação no exercício	(4.925)	(17.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	60.209	195.774
Direito de uso	69.582	225.440
(-) Depreciação acumulada	(9.373)	(29.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	60.209	195.774

(a) Em 2020, os novos contratos de arrendamento estão relacionados substancialmente com a empresa adquirida Braz Cubas.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	60.209	195.774
Adição de novos contratos	-	728
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(169)	(74)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	23.556	61.455
Amortização no exercício	(5.836)	(19.944)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	77.760	237.939
Direito de uso	93.029	287.609
(-) Depreciação acumulada	(15.269)	(49.670)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	77.760	237.939

(ii) Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	62.910	135.130
Adição por combinação de negócios - Braz Cubas	-	1.167
Adição de novos contratos (a)	443	70.789
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(116)	(1.083)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	4.273	10.821
Contraprestação paga	(8.385)	(26.886)
Apropriação de encargos financeiros	6.853	20.658
Saldo em 31 de dezembro de 2020	65.978	210.596
Circulante	3.821	14.570
Não circulante	62.157	196.026
Saldo em 31 de dezembro de 2020	65.978	210.596

(a) Em 2020, os novos contratos de arrendamento estão relacionados substancialmente com a empresa adquirida Braz Cubas.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	65.978	210.596
Adição de novos contratos	-	728
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	(212)	(212)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	23.556	61.455
Contraprestação paga	(11.331)	(37.653)
Apropriação de encargos financeiros	8.140	24.813
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	86.131	259.727
Circulante	4.731	16.561
Não circulante	81.400	243.166
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	86.131	259.727

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R\$306 (R\$211 em 31 de dezembro de 2020) relacionado aos contratos que não atende as premissas para a capitalização como direito de uso da norma.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos “compromissos futuros” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2021
Até um ano	19.507	(2.946)	16.561
Um ano até cinco anos	128.419	(64.303)	64.116
Cinco anos até dez anos	395.945	(308.764)	87.181
Dez anos até quinze anos	642.733	(576.406)	66.327
Acima de quinze anos	473.415	(447.873)	25.542
	1.660.019	(1.400.292)	259.727

(iv) Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas de “Custos” e “Despesas financeiras”, respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tais impactos montam os valores de R\$19.944 (R\$17.069 em 31 de dezembro de 2020) e R\$24.813 (R\$20.658 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente.

(v) Baixa por descontinuidade dos arrendamentos

Após a conclusão das combinações de negócios conforme descrito na Nota 5, a Administração da Companhia revisitou os contratos de arrendamento financeiro existentes em suas novas controladas e optou pela descontinuidade de 6 contratos que perfazem o montante apresentado. Vale colocar que a baixa dos respectivos contratos, líquidos dos direitos de uso, perfazem uma perda total no resultado de R\$16, alocado no grupo de outras receitas, líquidas.

14 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	2.986	2.119	5.938	4.443
Provisão para férias e encargos	4.346	3.795	12.860	11.563
FGTS a recolher	435	458	1.041	1.101
INSS a recolher	1.223	1.153	2.901	2.763
Outras obrigações	110	127	259	178
Total	9.100	7.652	22.999	20.048

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a recolher	1.337	1.436	3.182	3.043
Impostos retidos	175	100	426	343
ISS a recolher	526	492	1.285	960
IRPJ e CSLL	72	233	3.964	1.061
PIS e COFINS a recolher	755	660	1.224	763
Parcelamentos (i)	-	5	125.026	132.519
Total	2.865	2.926	135.107	138.689
Circulante	2.865	2.926	22.964	17.494
Não circulante	-	-	112.143	121.195

- (i) Os saldos mantidos em parcelamentos em 31 de dezembro de 2021 são representados principalmente pela adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), pela controlada Braz Cubas em novembro de 2017. O Proies instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais. As mantenedoras que tiverem o requerimento de moratória e parcelamento deferidos poderão proceder ao pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais mediante a utilização de certificados emitidos pelo Tesouro Nacional, na forma de títulos da dívida pública em contrapartida às bolsas Proies integrais concedidas em cursos de graduação presenciais com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

16 Partes relacionadas**Controladora**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Com controladoras				
Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (c)	-	-	-	700
Outras partes relacionadas				
Santa Tereza	-	-	-	3.923
Braz Cubas (c)	43.109	427	91.987	426
	43.109	427	91.987	5.049
Partes relacionadas				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	427	-	4.349
	43.109	-	91.987	700
	43.109	427	91.987	5.049
Não circulante	43.109	427	91.987	5.049

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	31/12/2021		31/12/2020	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Com controladoras				
Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (c)	93.750	-	700	-
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda. (a)(b)	419	(4.740)	325	(3.833)
	94.169	(4.740)	1.025	(3.833)
Partes relacionadas	419		325	
Adiantamento para futuro aumento de capital	93.750		700	
	94.169		1.025	
Circulante	419		325	
Não circulante	93.750		700	

- (a) Refere-se ao montante total das parcelas mensais do imóvel relacionado ao Campus Ceunsp – Salto. O contrato de aluguel celebrado entre as partes possuem prazo de vigência de 18 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura.
- (b) A controlada CEUNSP celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda., o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 18.
- (c) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses.

17 Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais e administrativas são estabelecidas por valores atualizados, para questões cíveis, tributárias e trabalhistas em discussão nas esferas judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis (a)	895	1.282	1.555	2.065
Processos tributários (b)	-	-	3.220	3.111
Processos trabalhistas (c)	8.466	6.569	16.949	14.563
Total	9.361	7.851	21.724	19.739

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.203	6.217	7.420
Adições	1.188	690	1.878
Reversões	(462)	(705)	(1.167)
Pagamentos	(41)	-	(41)
Atualizações	54	773	827
Processos Ex-Mantenedores	(660)	(406)	(1.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.282	6.569	7.851
Adições	138	719	857
Reversões	(385)	(17)	(402)
Pagamentos	(161)	(50)	(211)
Atualização monetária	21	243	264
Processos Ex-Mantenedores	-	1.002	1.002
Saldos em 31 de dezembro de 2021	895	8.466	9.361

	Consolidado			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.336	-	9.266	10.602
Combinação de negócios - Braz Cubas	244	3.176	1.227	4.647
Adições	1.241	-	1.218	2.459
Reversões	(1.248)	-	(6.811)	(8.059)
Pagamentos	(41)	-	(3)	(44)
Atualizações	58	-	905	963
Processos Ex-Mantenedores	475	(65)	8.761	9.171
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.065	3.111	14.563	19.739
Adições	242	-	1.016	1.258
Reversões	(430)	-	(381)	(811)
Pagamentos	(193)	-	(105)	(298)
Atualização monetária	23	-	291	314
Processos Ex-Mantenedores	(152)	109	1.565	1.522
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.555	3.220	16.949	21.724

(a) Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$ 1.555 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.065 em 31 de dezembro de 2020).

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentre vários processos cíveis com risco de perda provável podemos destacar:

Ação ajuizada por Serviços Educacionais LTDA - EPP parceiro para estabelecimento de polo de apoio presencial em Campinas buscando a Rescisão Contratual c/c Indenização por Perdas e Danos em 2016 contra a Companhia, pleiteando ressarcimento dos investimentos, indenização e lucros cessantes pela rescisão da parceria entre as Partes. O risco de perda provável o qual está integralmente provisionado considera o valor total de R\$ 630 em 31 de dezembro de 2021 (R\$908 em 31 de dezembro de 2020), para suportar perdas deste processo.

(b) Processos tributários com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram o levantamento, avaliaram e dentre as várias ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$ 3.220 em 31 de dezembro de 2021.

A variação ocorrida entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, se deu em razão de três processos judiciais envolvendo a aquisição de uma das Controladas, podendo destacar a ação abaixo:

Há 1 (uma) ação movidas pela União em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e ausência de recolhimento da Contribuição Rescisória de 10%, por ocasião da dispensa sem justa causa de 97 (noventa e sete) trabalhadores, sendo provisionado o valor de R\$ 3.198. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

(c) Processos trabalhistas com perda provável

Os principais processos trabalhistas são referentes a horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo interjornada e intrajornada, diferenças de salário por redução de carga horária de professores e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$ 16.949 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.463 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Contingências sobre processos de ex-mantenedor

Parte dos processos das Controladas referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade exclusivas dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

processos, a Companhia e suas Controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, cujas eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Processos cíveis (i)	3.235	3.235	4.386	4.590
Processos tributários (ii)	14.833	14.037	21.230	20.349
Processos trabalhistas (iii)	2.682	2.292	7.123	11.727
Total	20.750	19.564	32.739	36.666

(i) Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$4.386 (R\$ 4.590 em 31 de dezembro de 2020).

Há 199 (cento e noventa e nove) ações envolvendo, principalmente, obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais e morais decorrentes de alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, totalizando risco de perda possível de R\$ 4.175 em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$ 21.230 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 20.349 em 31 de dezembro de 2020).

Dentre os principais processos podemos destacar:

Há 9 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível avaliado em R\$ 13.254 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.543 em 31 de dezembro de 2020). A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Companhia por sua controladora atual, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por fim, destacam-se 2 (dois) autos de infração instaurados pela Receita Federal do Brasil contra a Braz Cubas, nas quais discute-se supostas infrações às normas do ProUni, sendo apresentado impugnação que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 01/2008 a 11/2008, com a conseqüente redução do valor exigido no Auto de Infração, atualmente aguardando julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$ 6.397. Considerando que se referem a assuntos anteriores à aquisição da Controlada pela Companhia, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

(iii) Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$ 7.123 em 31 de dezembro de 2021 (R\$11.727 em 31 de dezembro de 2020).

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	922	128	982	171
Processos tributários	-	604	475	1.077
Processos trabalhistas	1.763	1.244	4.089	3.500
Total	2.685	1.976	5.546	4.748

18 Obrigações por aquisições de participações societárias

	Diretas (a)	Indiretas (b)	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2019	19.806	7.465	27.271
(+) Aquisição	17.500	-	17.500
(+) Juros apropriados	1.505	143	1.648
(-) Pagamentos de principal	(2.500)	(2.000)	(4.500)
(-) Pagamentos de juros	(1.280)	(489)	(1.769)
(=) Saldo em 31/12/2020	35.031	5.119	40.150
(+) Juros apropriados	1.525	107	1.632
(-) Pagamentos de principal	-	(2.000)	(2.000)
(-) Pagamentos de juros	-	(557)	(557)
(=) Saldo em 31/12/2021	36.556	2.669	39.225
Circulante	17.864	2.669	20.533
Não circulante	18.692	-	18.692

Em 31 de dezembro de 2021, referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições das controladas CEUNSP R\$2.500 (R\$2.500 em 31 de dezembro de 2020), Veritas R\$15.000 (R\$15.000 em 31 de dezembro de 2020), Braz Cubas R\$17.500 e respectivos juros

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reajustados pelo CDI, pela Companhia e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da Santa Rita através da combinação de negócios com acionistas anteriores a aquisição de sua controladora Veritas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
2025	4.358
2026	14.334
Total	18.692

19 Receita diferida

	<u>Consolidado</u>
(=) Saldo em 31/12/2019	12.396
(-) Apropriação	(722)
(+) Juros incorridos a receber	610
(=) Saldo em 31/12/2020	12.284
(-) Apropriação	(1.332)
(=) Saldo em 31/12/2021	10.952
Circulante	722
Não circulante	10.230

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta Ceunsp, realizou transação de “*sale and leaseback*” do imóvel onde está situado o seu campus, a operação consistiu na venda e aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda., essa operação foi classificada como arrendamento, conforme o conceito de que trata o CPC 06/IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil.

O valor da venda do imóvel foi de R\$25.500 com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R\$14.442 e está registrado como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia era de R\$30.200 composto por 400.182 ações ordinárias, em ambos exercícios, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	400.181	100,00%	400.181	100,00%
Acionistas Pessoa Física	1	0,00%	1	0,00%
	400.182	100,00%	400.182	100,00%

b) Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R\$6.040 (R\$6.040 em 31 de dezembro de 2020).

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2021, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R\$65.851 à reserva de retenção de lucros. As destinações do excesso no montante R\$52.890 e do resultado do exercício serão deliberados na Assembleia Geral da Companhia.

d) Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o montante de R\$21.950 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos foram apurados conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	87.801	60.993
Base para reserva legal	87.801	60.993
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº6.404) (i)	-	-
Base para dividendo mínimo obrigatório	87.801	60.993
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	21.950	15.248
Dividendos adicionais propostos	-	39.397
Total dividendos a distribuir	21.950	54.645
Destinação para reserva de retenção de lucros	65.851	6.348
Quantidade de ações em 31 de dezembro	400.182	400.182
Dividendo por ação em circulação - em reais	54,8500	136,5504

(i) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de reserva legal compreende 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76.

21 Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Lucro por ação (básico e diluído)	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	87.801	60.993
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	400.182	400.182
Lucro por ação em R\$	219,40	152,41

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

22.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras e debêntures estão mencionadas nas Notas 6 e 12, respectivamente.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2021, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2021:

Cenário em 31 de dezembro de 2021 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2021	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 9,15%)	27.169	24.683	24.118	23.554
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 9,15%)	389.643	389.643	398.556	407.469
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM 17,79%)	86.131	86.131	89.962	93.792

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário em 31 de dezembro de 2021 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2021	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 9,15%)	130.704	118.745	116.028	113.312
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 9,15%)	102	102	104	107
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 9,15%)	389.643	389.643	398.556	407.469
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM 17,79%)	259.727	259.727	271.278	282.830

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

		Controladora					
		31 de dezembro de 2021					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Adiantamento de clientes		3.932	-	-	3.932	-	3.932
Debêntures	12	63.553	173.185	230.812	467.550	(77.907)	389.643
Fornecedores		6.355	-	-	6.355	-	6.355
Obrigações tributárias	15	2.865	-	-	2.865	-	2.865
Obrigações por aquisição de participação societária	18	18.655	-	22.979	41.634	(5.078)	36.556
Passivos de arrendamento	13	5.572	13.408	325.560	344.540	(258.409)	86.131
		100.932	186.593	579.351	866.876	(341.394)	525.482

		Controladora					
		31 de dezembro de 2020					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Adiantamento de clientes		3.185	-	-	3.185	-	3.185
Debêntures	12	134.069	149.514	311.192	594.775	(78.800)	515.975
Fornecedores		5.928	-	-	5.928	-	5.928
Obrigações tributárias	15	2.926	-	-	2.926	-	2.926
Obrigações por aquisição de participação societária	18	-	18.567	21.096	39.663	(4.632)	35.031
Passivos de arrendamento	13	3.733	9.881	470.328	483.942	(417.964)	65.978
		149.841	177.962	802.616	1.130.419	(501.396)	629.023

		Consolidado					
		31 de dezembro de 2021					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Adiantamento de clientes		7.653	-	-	7.653	-	7.653
Dividendos a pagar	20.d	21.950	-	-	21.950	-	21.950
Empréstimos e financiamentos		113	18	-	131	(29)	102
Debêntures	12	63.553	173.185	230.812	467.550	(77.907)	389.643
Fornecedores		11.851	-	-	11.851	-	11.851
Obrigações tributárias	15	24.000	28.210	109.006	161.216	(26.109)	135.107
Obrigações por aquisição de participação societária	18	21.441	-	22.979	44.420	(5.195)	39.225
Passivos de arrendamento	13	19.507	37.901	1.602.612	1.660.020	(1.400.293)	259.727
		170.068	239.314	1.965.409	2.374.791	(1.509.533)	865.258

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado					
		31 de dezembro de 2020					
Passivos financeiros		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Adiantamento de clientes		6.532	-	-	6.532	-	6.532
Empréstimos e financiamentos		267	162	-	429	(112)	317
Debêntures	12	134.069	149.514	311.192	594.775	(78.800)	515.975
Fornecedores		12.012	-	-	12.012	-	12.012
Obrigações tributárias	15	17.999	26.328	111.816	156.143	(17.454)	138.689
Obrigações por aquisição de participação societária	18	2.633	21.267	21.096	44.996	(4.846)	40.150
Passivos de arrendamento	13	15.268	34.377	2.883.827	2.933.472	(2.722.876)	210.596
		188.780	231.648	3.327.931	3.748.359	(2.824.088)	924.271

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações por arrendamento e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	102	317
Debêntures (nota 12)	389.643	515.975
Passivo de arrendamento (nota 13)	259.727	210.596
(=) Total dívida bruta	649.472	726.888
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(130.704)	(61.987)
(=) Total dívida líquida	518.768	664.901
Patrimônio líquido (nota 20)	113.290	47.439
Dívida líquida e patrimônio líquido	632.058	712.340
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	457,9%	1401,6%

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	130.704	61.987	130.704	61.987
Contas a receber	52.642	51.848	52.642	51.848
Outros créditos	23.860	32.784	23.860	32.784
Total	207.206	146.619	207.206	146.619
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	102	317	103	317
Debêntures	389.643	515.975	391.881	517.383
Fornecedores	11.851	12.012	11.851	12.012
Obrigações por aquisição de participação societária	39.225	40.150	39.225	40.150
Passivos de arrendamento	259.727	210.596	244.143	201.113
Total	700.548	779.050	687.203	770.975

22.3 Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

23 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está rerepresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.705	54.134	88.993	56.678
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(28.120)	(18.406)	(30.258)	(19.271)
Principais Adições e Exclusões:				

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas não dedutíveis	(28)	356	(5.432)	(547)
Exclusões líquidas sem a constituição de diferido(i)	4.581	5.494	676	1.095
Equivalência patrimonial	12.058	7.027	-	-
Adicional e PAT	203	226	405	400
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	-	-	1.593	3.470
Isenção PROUNI (ii)	16.402	12.162	31.824	19.168
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	5.096	6.859	(1.192)	4.315
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.068)	(337)	(6.771)	(2.064)
IR e CS diferidos no resultado do exercício	6.164	7.196	5.579	6.379
Alíquota efetiva	6,16%	12,67%	(1,34%)	7,61%

(ii) Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecido e outras despesas não dedutíveis.

(iii) As principais exclusões são oriundas de estornos das provisões adicionadas anteriormente e outras diferenças temporárias.

(iv) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

a) Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Arrendamento IFRS 16	2.519	1.693
Amortizações Mais Valia	19.733	14.811
Provisão de contingência	1.318	995
PCLD	1.077	1.599
Diferenças temporárias do lucro real	334	(213)
Total diferido ativo	24.981	18.885
Passivo		
Diferenças Temporárias do Lucro Real	-	(68)
Total diferido passivo	-	(68)
Tributos diferidos, líquidos	24.981	18.817
Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	5.752	8.532
Arrendamento IFRS 16	5.169	3.722
Amortizações Mais Valia	20.646	15.531
Provisão de contingência	1.586	1.370
PCLD	1.945	2.822
Diferenças temporárias do lucro real	4.255	2.175
Total diferido ativo	39.353	34.152
Passivo		
Diferenças Temporárias do Lucro Real	-	(68)
Reserva de reavaliação	(17.145)	(17.455)
Total diferido passivo	(17.145)	(17.523)
Tributos diferidos, líquidos	22.208	16.629

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

Controladora	31/12/2020	Efeitos no resultado	31/12/2021
Ativo			
Amortizações Mais Valia	14.811	4.922	19.733
Arrendamento IFRS 16	1.693	826	2.519
Provisão de contingência	995	323	1.318
PECLD	1.599	(522)	1.077
Diferenças temporárias do lucro real	(213)	547	334
Total tributos diferidos ativos	18.885	6.096	24.981
Passivo			
Diferenças Temporárias do Lucro Real	(68)	68	-
Total tributos diferidos, líquidos	(68)	68	-
Total tributos diferidos, líquidos	18.817	6.164	24.981

Consolidado	31/12/2020	Efeitos no resultado	31/12/2021
Ativo			
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	8.532	(2.780)	5.752
Arrendamento IFRS 16	3.722	1.447	5.169
Amortizações Mais Valia	15.531	5.115	20.646
Provisão de contingência	1.370	216	1.586
PECLD	2.822	(877)	1.945
Diferenças temporárias do lucro real	2.175	2.080	4.255
Total tributos diferidos ativos (i)	34.152	5.201	39.353
Passivo			
Diferenças temporárias do lucro real	(68)	68	-
Reserva de reavaliação (ii)	(17.455)	310	(17.145)
Total diferido passivo	(17.523)	378	(17.145)
Tributos diferidos, líquidos	16.629	5.579	22.208

- (i) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização de mais valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas e amortização fiscal do ágio sobre incorporação reversa da empresa Santa Rita adquirida em março de 2018.
(ii) Valor referente a reserva de reavaliação oriunda da adquirida Braz Cubas em fevereiro de 2020.

Descrição	Saldos disponíveis(i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
		31/12/2021
Prejuízo fiscal	123.002	-
Base de cálculo negativa de CSLL	132.549	-

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldos disponíveis(i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
		31/12/2020
Prejuízo fiscal	132.008	-
Base de cálculo negativa de CSLL	133.025	-

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização:

Faixa de Vencimento	Total	%
2022	4.610	12%
2023	5.975	15%
2024	3.664	9%
2025	3.493	9%
2026 em diante	21.611	55%
	<u>39.353</u>	<u>100%</u>

24 Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta				
Cursos de graduação	513.378	460.788	1.102.405	946.411
Cursos de pós-graduação	6.979	7.416	11.428	18.226
Cursos técnicos e colégio	5.536	7.847	25.325	25.680
Outras receitas	1.220	1.136	2.009	1.954
	527.113	477.187	1.141.167	992.271
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(289.285)	(235.799)	(640.506)	(472.723)
Tributos	(6.867)	(6.740)	(16.873)	(17.074)
Receita líquida	230.961	234.648	483.788	502.474

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Salários e encargos sociais	(71.379)	(79.416)	(173.077)	(194.352)
Depreciação de imobilizado	(2.463)	(2.792)	(9.709)	(10.402)
Depreciação do direito de uso	(5.836)	(4.925)	(19.944)	(17.069)
Amortização do <i>softwares</i> e produção de conteúdo EAD	(492)	(254)	(1.230)	(562)
Amortização do intangível	-	-	(16.028)	(18.157)
Aluguel	(59)	(49)	(262)	(455)
Condomínio e IPTU	(443)	(489)	(1.243)	(1.420)
Energia elétrica, água e telefone	(1.150)	(1.399)	(3.706)	(3.767)
Utilidades, limpeza e segurança	(791)	(1.245)	(10.380)	(10.205)
Publicidade e propaganda	(11.478)	(9.471)	(16.617)	(15.064)
Serviços de terceiros	(29.240)	(32.667)	(47.156)	(50.181)
Manutenção e reparos	(588)	(598)	(2.131)	(2.065)
Materiais de consumo	(964)	(1.080)	(5.082)	(4.958)
Provisão/reversão para demandas judiciais	(455)	(711)	(447)	5.600
Custos com parceria	(4.967)	(4.653)	(5.380)	(4.775)
Custos pedagógicos	(465)	(323)	(1.324)	(807)
Despesas com provisão para perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	(6.496)	(12.314)	(19.917)	(39.264)
Passagens e diárias	(13)	(56)	(194)	(329)
Custos processuais	(167)	(906)	(214)	(1.310)
Indenização judicial	(582)	(1.179)	(1.089)	(998)
Baixa de imobilizado e intangível	-	(10)	(416)	(285)
Outras receitas (despesas), líquidas	(643)	(1.395)	680	(3.177)
	(138.671)	(155.932)	(334.866)	(374.002)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(104.605)	(114.841)	(242.541)	(252.276)
Despesas gerais e administrativas	(34.751)	(41.328)	(94.982)	(122.401)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	685	237	2.657	675
	(138.671)	(155.932)	(334.866)	(374.002)

26 Resultado financeiro**26.1 Receitas financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas sobre aplicações financeiras	1.301	1.944	4.685	2.404
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	94	167	360	567
Atualização monetária por venda de imóvel	-	-	8.334	893
Outras receitas	20	2	71	81
Total das receitas financeiras	1.415	2.113	13.450	3.945

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	(1.525)	(1.505)	(1.632)	(1.648)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de créditos IOF	(9.354)	(10.519)	(15.278)	(18.994)
Juros bancários e multas	(1.786)	(1.819)	(5.395)	(6.482)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1.340)	(32)	(2.932)
Encargos financeiros sobre debêntures	(24.498)	(23.032)	(24.498)	(23.032)
Amortização do custo de captação	(452)	(815)	(452)	(815)
Ajuste a valor presente	(441)	(38)	(952)	763
Juros sobre passivo de arrendamento	(8.140)	(6.853)	(24.813)	(20.658)
Outras despesas financeiras	(264)	(827)	(314)	(963)
Total despesas financeiras	(46.466)	(47.362)	(73.379)	(75.739)

27 Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Importância segurada	
	31/12/2021	31/12/2020
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	145.000	121.000
Perda ou pagamento de aluguel	7.000	7.000
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	150	150
Roubo de bens	228	228
Danos elétricos	1.000	1.000
Outros	4.745	4.062

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 39B17BD8E1C54A87BD74F6530D965C07	Status: Completed
Subject: Please DocuSign: ACEF21.DEZ.pdf	
Source Envelope:	
Document Pages: 72	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Marcos Galasso
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
	São Paulo, SP 05001-100
	marcos.galasso@pwc.com
	IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original 30 March 2022 19:54	Holder: Marcos Galasso marcos.galasso@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 30 March 2022 21:11	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Jose Vital Pessoa Monteiro Filho
jose.vital@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:
Jose Vital Pessoa Monteiro Filho
11718CBA9C944B5...
Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 54.94.237.112

Timestamp

Sent: 30 March 2022 | 19:56
Viewed: 30 March 2022 | 21:10
Signed: 30 March 2022 | 21:11

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Karen Barbieri
karen.barbieri@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 30 March 2022 | 19:56

Marcos Galasso
marcos.galasso@pwc.com
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 30 March 2022 | 21:11
Viewed: 30 March 2022 | 21:11
Signed: 30 March 2022 | 21:11

Witness Events	Signature	Timestamp
-----------------------	------------------	------------------

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 March 2022 19:56
Certified Delivered	Security Checked	30 March 2022 21:10
Signing Complete	Security Checked	30 March 2022 21:11
Completed	Security Checked	30 March 2022 21:11

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------